

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRÍCIA ROGERIA DE MATOS RODRIGUES TORRES

**HISTÓRIA RACIAL NA CULTURA BRASILEIRA: AS COTAS RACIAIS DOS
AFRODESCENDENTES**

CURITIBA

2015

PATRÍCIA ROGERIA DE MATOS RODRIGUES TORRES

**HISTÓRIA RACIAL NA CULTURA BRASILEIRA: AS COTAS RACIAIS DOS
AFRODESCENDENTES**

Trabalho de conclusão de curso como
pré-requisito para obtenção do grau de
Especialista em Educação Étnico Raciais
da Universidade Regional do Paraná.

Orientadora : Profª Fabíola Souza

CURITIBA

2015

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que me deu vida, saúde e disposição necessária para o término desse trabalho.

Minha família, esposo (Tom), minhas filhas (Hadassa e Hanna), pelo amor, paciência e apoio em todas as horas.

Aos meus pais, (Rodrigues e Mundinha), que sempre me incentivaram ao estudo, pelo carinho e dedicação deles e pelo exemplo de vida são.

Aos meus irmãos, (Cristyane, Andréia e Flávio), pelo carinho.

A todos os professores do curso de EREER, pela dedicação e habilidade no ensino e exemplo de profissionais que todos tem sido.

RESUMO

O trabalho aborda a escravidão negreira no Brasil, sua problemática oriunda do tráfico de indivíduos de uma nação para a outra, bem como as causas sociais conseqüentes deste ato no decorrer da história. O Objetivo central deste trabalho é perceber como as políticas afirmativas, como a lei federal de cotas raciais é uma ação prática que representam mudanças no âmbito social e educacional. A escravidão negreira no Brasil além de desumana causou inúmeros problemas sociais. Uma das consequências é a discriminação que os negros e os afrodescendentes desde o período da escravidão até os dias atuais sofrem. O negro brasileiro após sua libertação passa a sofrer com a discriminação racial na sociedade em que foi escravo, principalmente na educação, os negros não tiveram acesso as escolas durante a escravidão e durante certo período é vítima de discriminação, sofrendo vários de preconceitos na sociedade em que vive e principalmente sofre discriminação nas escolas. Desta maneira a problemática que guia esta pesquisa é: Qual a importância de lei de cotas raciais na cultura brasileira onde o racismo é maquiado. As políticas de ações afirmativas e as cotas raciais, surtem na tentativa de minimizar o déficit educacional que envolve os negros em consequência das décadas de escravidão, portanto os afrodescendentes passam a ter acesso a universidades e faculdades brasileiras. Para discorrer sobre o tema utilizou-se a pesquisa bibliográfica, destacando o pensamento de diversos autores, tais como: Linhares, Florestan, Darcy Ribeiro entre outros.

PALAVRAS CHAVE: História da escravidão do negro no Brasil – Cotas raciais dos afrodescendentes - Discriminação racial no Brasil.

ABSTRACT

The work addresses the negreira slavery in Brazil, its problems arising from the trafficking of individuals from one nation to another, and the consequent social causes of this act throughout history. The central objective of this study is to understand how affirmative policies, as federal law of racial quotas is a practical action representing changes in the social and educational context. The negreira slavery in Brazil as well as inhuman caused numerous social problems. One consequence is discrimination that blacks and people of African descent from the bondage of the period to the present day suffering. The Brazilian black after his release passes to suffer racial discrimination in the society was a slave, especially in education, blacks had no access to schools during slavery and period of time is the victim of discrimination, suffering a number of prejudices in society at who lives and mostly suffer discrimination in schools. Thus the problem that this research guide is: How important law of racial quotas in Brazilian culture where racism is makeup. Policies of affirmative action and racial quotas, surtem in an attempt to minimize the educational deficit involving blacks as a result of slavery decades, so Afro-descendants will have access to Brazilian universities and colleges. To discuss the theme used the literature, highlighting the thoughts of several authors such as: Linhares, Florestan, Darcy Ribeiro and others.

KEYWORDS: History of Negro slavery in Brazil - racial quotas of African descent - Racial discrimination in Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A ESCRAVIDÃO NEGRA DESDE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA	9
2.1 REGIME ESCRAVOCRATA.....	12
2.2 A LEI ÁUREA: SUA REALIDADE FRENTE DIFERENÇA A RACIAL.....	19
2.3 REALIDADE DO NEGRO NO BRASIL DO SÉCULO XIX A ATUALIDADE.....	20
3. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL: DIREITO DAS RAÇAS.....	28
4. DISCRIMINAÇÃO RACIAL: DUAS NAÇÕES ANTAGONICAS	31
4.1 DISCRIMINAÇÃO RACIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS.....	44
4.2 SOCIEDADE ATUAL: AFRO-BRASILEIRA.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
6. REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo ressalta sobre a questão da escravidão negra no Brasil e seus reflexos na História cultural brasileira contemporânea. O fato de como ocorreu a escravidão no cenário brasileiro, a libertação dos escravos, e a discriminação social sofridas pelos negros e posteriormente pelos afrodescendentes são relevantes no contexto social. Neste interim, destaca-se que o objetivo central deste trabalho é perceber como as políticas afirmativas através da lei federal de cotas raciais é uma ação que desconstrói os mecanismos ideológicos da desigualdade social e racial para com os negros.

Procura-se ainda demonstrar a realidade da libertação da escravidão brasileira nesta pesquisa, assim como as questões raciais, que são vivenciadas no Brasil comparadas aquelas que ocorrem nos Estados Unidos. Verifica-se ainda a relevância da Constituição Federal de 1988, que garante os direitos das raças, surgindo às políticas de ações afirmativas e as cotas raciais.

O problema debatido é a historia da escravidão no Brasil, sua trajetória desde o início da escravidão, até a atualidade onde ocorre a discriminação dos negros e de seus descendentes, em diversos setores da sociedade, inclusive na educação. Desta maneira a problemática que guia esta pesquisa é: Qual a importância de lei de cotas raciais na cultura brasileira onde o racismo é maquiado?

O trabalho justifica-se mediante a realidade do negro brasileiro no contexto social, uma vez que o mesmo foi trazido contra sua vontade para outro país e neste caso, o Brasil. Ao chegar ao Brasil os negros são explorados em sua mão-de-obra, e até mesmo em sua própria existência, pois são tratados como propriedades, sem deixar de mencionar que os mesmos, foram trazidos para o Brasil pelos portugueses, colonizadores do Brasil, que eram nesta época donos de das riquezas brasileiras.

Outro fato relevante é constatar que existe formas distintas de discriminação, quando observa-se dois países onde tivera a escravidão negra. Contudo a discriminação racial no Brasil é significativa e velada, tanto na sociedade em geral, como nas escolas públicas brasileiras. Para diminuir o impacto do racismo, ou da discriminação no país criou-se as cotas raciais, que são motivos de inúmeras discussões. A finalidade do estudo é também demonstrar onde está inserido o negro

brasileiro e seu papel, na história racial, do Brasil, bem como destacar a relevância das cotas raciais que atualmente tem favorecido os afrodescendentes a ingressarem nas universidades brasileiras.

A metodologia utilizada para a realização do estudo foi à pesquisa bibliográfica, por meio de livros e sites da internet. Para a interpretação dos textos usou-se a método dedutivo. “O método dedutivo é compreendido como aquele que tem como ponto de partida verdades geral, para chegar a uma conclusão particular” (SANTOS, 2011, p.11). Através destes pontos de vista poderemos melhor compreender a relevância das políticas de cotas raciais no Brasil.

2 A ESCRAVIDÃO NEGRA DESDE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Sabe-se que Portugal inicialmente é o primeiro país europeu a começar com as grandes navegações. Os motivos que levaram Portugal a navegação foram políticos e econômicos.

A pouca quantidade de metais preciosos para cunhagem de moedas, a falta de produtos agrícolas e de mão-de-obra, o desejo de expandir a fé cristã e a necessidade de conseguir novos mercados (COSTA, 1999, p.25). Só assim os lucros da política mercantil seriam conseguidos e atenderiam os anseios reais.

Contudo Portugal era um país privilegiado, no sentido de navegações. Tendo uma posição geográfica privilegiada e um governo centralizado nas mãos de um rei.

No primeiro momento Portugal tinha interesses em apenas explorar novas colônias em procura por fontes de riquezas, “a história tradicional aponta o período de 1500 á 1530, quando o explorador Martin Afonso aporta no Brasil, denomina esse momento de período ‘pré-colonial’ ou de colonização de feitorias” (LINHARES, 1990, p.54). Nesse período não houve uma efetiva colonização aqui no Brasil.

A sociedade brasileira formou-se e modificou-se sempre em função das necessidades e interesses econômicos do capitalismo. No século XVI, as potências europeias procuravam acumular capital (COSTA, 1999, p.54). Este desejo por riqueza estava associada as atividades e práticas econômicas mercantilistas.

Portanto para ter-se um baixo custo na produção, Portugal optou pelo trabalho escravo. “No caso de Portugal essa situação era agravada pelo fato de o país não possuir excedente populacional que pudesse suprir a colônia. Além disso, os baixos salários não estimulavam a vinda de colonos para o Brasil” (COSTA, 1999, p.54).

Assim, os portugueses, que já exploravam o mercado africano de escravos, precisavam apenas ampliar o negócio, organizando a transferência dessa mão-de-obra para o Brasil (COSTA, 1999, p.55). O negócio era lucrativo e por bastante conveniente para os europeus.

Contudo os negros eram familiarizados com o trabalho agrícola, no cuidado com animais, utilização de ferramentas. Ficando mais atrativo a utilização da mão-de-obra escrava. Sendo totalmente diferente dos indígenas que eram aproveitados na “economia de subsistência e apenas ocasionalmente em engenhos” (COSTA,

1999, p.55). A experiência dos portugueses com a mão de obra escrava fomenta ainda mais a tendência escravização de outros povos.

Devido à forte resistência indígena, em alguns casos, e a fuga de muitos índios para o interior e por outro lado, além da manifestação contrária da Igreja Católica à escravização dessas etnias, os portugueses se viam obrigados a encontrar uma solução para o problema.

Portanto, surge o tráfico de escravos africanos para o Brasil, que em pouco tempo transformou-se em um negócio que dava bastante lucros e veio ser rapidamente a menina dos olhos da Coroa Portuguesa.

Desde os primeiros anos do tráfico negreiro, os lucros dos traficantes portugueses com a atividade eram vultosos. O comércio de pessoas vindas da África tinha se mostrado essencialmente eficaz do ponto de vista de mão-de-obra para as lavouras de cana-de-açúcar, altamente rentável, sobre o prisma econômico. Os negros vinham principalmente do centro-oeste africano, de regiões onde se localizam Angola, Guiné e Congo, e pertenciam a dois grupos étnicos: Sudaneses (Nagôs) e banto.

É importante analisar que nesses primeiros anos no Brasil, os escravos trazidos da África não se reconheciam como negros tampouco vislumbravam o continente africano, em sua totalidade, de forma homogênea, mas tinham esse sentimento de pertença somente as suas regiões de origem específicas, ou seja, se reconheciam enquanto bantos, sudaneses (Nagôs), mas não se viam como africanos.

Entre os séculos XVI e XIX, os habitantes das regiões africanas não se percebiam em absoluto como “Negros” e essa foi uma construção branca, já que os povos africanos enxergavam a si mesmos, como pertencentes a grupos étnicos bem diferenciados e em certos casos reaproximada mente hostis (BARROS, 2009, p. 39-40). Havia uma variedade de lugares de onde eram oriundos tais africanos.

Na verdade quem pela primeira vez avaliou estes povos a partir de sua identidade étnica e continental enquadrado em um lugar único foi o próprio homem “branco” europeu, já que esta questão não se colocava então para negros africanos da época (BARROS, 2009, p.40). E desde já era uma visão eurocêntrica.

Contudo, os portugueses quando chegam ao Brasil, ficam admirados com as belezas naturais do novo continente. Riqueza da vegetação e da fauna contagiava os mesmos. Fortalecia também o anseio de explorar essas riquezas.

De acordo com Linhares (1990, p. 34), no que diz respeito ao Brasil, afirma que:

A terra tocada pela esquadra portuguesa não estava deserta abandonada ou sem dono: cá estava um grupo de homens, quase três milhões de índios, que já ocupavam as terras. No momento mesmo que Cabral avistou o Monte Pascal na Bahia, estes índios lutava pela posse dos melhores rios, os bons vales e as praias mais viçosas.

A formação do povo brasileiro teve como base a miscigenação de etnias diferentes. Os portugueses que vieram da Europa, os escravos oriundos da África e ainda a figura do único brasileiro nato- o índio. Visto que os portugueses era um povo predominante da raça branca, e esclarece Kaufman

Não havia em Portugal excedente populacional apto a promover a colonização no Brasil. Quando esta foi finalmente efetuada, realizou-se apenas por homens brancos, já que os portugueses não trouxeram consigo as famílias. Esse fato deu ensejo à relativa falta de mulheres brancas na colônia, e conseqüente caldeamento dos portugueses com as índias e com as escravas negras (KAUFMAN, 2007, p.119).

Sendo assim, a solução encontrada era trazer famílias de pequena nobreza conhecidas como fidalgos para povoar a nova terra de maneira rápida. “As capitanias, imensos tratos de terra, foram distribuídas entre fidalgos da pequena nobreza” (LINHARES, 1990, p.57). Homens brancos passaram a fazer suas vidas aqui no Brasil.

A partir da vinda dessas pessoas, iniciava-se uma nova etapa na vida da colônia, com muitos trabalhadores, na maioria negros escravos, alimentando a sede de lucros de senhores europeus (COSTA, 1999, p.39). Focava-se obter através deste trabalho mais ganhos e desenvolver suas atividades de exploração.

Contudo na colônia, a vida girava em torno dos interesses portugueses. Inclusive a economia funcionava em função da metrópole. “Analisando a organização econômica colonial, veremos que o Brasil foi constituído unicamente para fornecer matérias-primas, produtos tropicais e riquezas minerais a Portugal” (COSTA, 1999, p.55). Uma forma de exploração conveniente para a metrópole, que fornecia os principais interesses do governo português.

Quanto à estrutura da colônia era voltada para proteger contra os ataques dos invasores que desejam possuir o Brasil na época. Bastante comum neste período. Sem dizer das revoltas que existiam tanto dos agricultores, como dos comerciantes e dos índios.

2.1 REGIME ESCRAVOCRATA

Ainda no Brasil colonial, com o advento das minas de ouro, os imigrantes europeus sentem-se atraídos com as riquezas que as minas proporcionavam e consequentemente falta a de mão de obra para trabalhar na agricultura e na pecuária. Os proprietários de terras encontraram no comércio de escravos a solução para a exploração destas áreas auríferas.

O “branco” colonizador e seus descendentes aumentavam, séculos após séculos, não pelo ingresso de novos contingentes europeus, mas, principalmente, pela multiplicação de mestiços e mulatos. Os negros, por sua vez, cresceram passo a passo com os brancos, mas, ao contrário destes, só o fizeram pela introdução anual maciça de enormes contingentes de escravos, destinados tanto a repor os desgastados no trabalho, como a aumentar o estoque disponível para atender a novos projetos produtivos (RIBEIRO, 1998, p.160).

Sobre esta situação o Antropólogo Darcy Ribeiro também escreve que os primeiros contingentes de negros foram introduzidos no Brasil nos últimos anos da primeira metade do século XVI, talvez em 1538.

Logo a seguir, entretanto, com o desenvolvimento da economia açucareira, passam a chegar em grandes levas. A caçada de negros na África, sua travessia e a venda aqui passam a constituir o grande negócio dos europeus, em que imensos capitais foram investidos e que absorveria, no futuro, pelo menos metade do valor do açúcar e, depois, do ouro (RIBEIRO, 1998, p.161).

Havia toda uma questão econômica dentro de deste contexto. E portanto, a compra de escravos era permitida pela Coroa Portuguesa. Cada senhor de engenho tinha direito de importar até 120 “peças”, mas nunca foi delimitado um número no caso da compra feita dentro do mercado brasileiro (RIBEIRO, 2006, p.146).

Sendo assim, o senhor de engenho possuía números mais elevados. Diante desta legalidade permitida pela Coroa, o tráfico negreiro tornou-se um negócio altamente rentável por três séculos, permitindo aos concessionários do império importar cerca de 6.3 milhões de escravos (RIBEIRO, 2006, p.146).

Na metade do século XVIII ocorreu à chamada exaustão na exploração do ouro e diamantes, por consequência o ciclo econômico em torno destes minerais deixou de ser atrativo como outrora. A colônia mudou o foco da economia agora para o plantio do café. “A exportação agrícola como algodão e o arroz complementando agora com as tradicionais exportações do tabaco e açúcar” (RIBEIRO, 1998, p.161). Esta mudança faz com que a necessidade de mão-de-obra permaneça.

Contudo, a composição de escravos homem e mulheres em algumas província era de quatro por um. As negrinhas se fossem graciosas alcançaria o valor em dobro de um mulatão, muitas vezes era um luxo que se dava aos senhores e capatazes. Produziam quantidades de mulatas, que viveram melhores destinos nas casas grandes. Outras se converteram em mucamas e até se incorporaram às famílias, como amas de leite, tal como Gilberto Freyre descreve:

A negra-massa depois de servir aos senhores, provocando às vezes ciúmes em que as senhoras lhes mandavam arrancar todos os dentes, caíam na vida de trabalho braçal dos engenhos e das minas em igualdade com os homens. Só esta negra, largada e envelhecida, o negro tinha acesso para produzir crioulos (FREYRE, 1998, p.02).

Portanto, o Brasil era o café, e o café era o negro. O café era chamado de diamante negro, mas seu cultivo careceria de grande montante de trabalhadores escravos. O comércio de importação de escravos era legalizado, mas os valores cobrados eram altos. O Sociólogo e Antropólogo Freyre faz a seguinte observação sobre o tema:

Foi tentador demais o desejo de montar fazendas de criação de negros para livrar os empresários das importações. O negócio nunca deu certo. Os negrinhos, espertíssimos, que ali se criavam, encontravam modos de ganhar o mundo fazendo-se passar por negros forros, o que tornava o negócio muito lucrativo (FREYRE, 1998, p.02).

Entretanto, os jesuítas eram contra a escravidão do índio, mas admitiam a escravidão do negro. Condenavam a escravidão indígena, porque não dava lucros ao sistema colonial mercantilista. Silenciavam sobre a escravidão do negro, pois

rendia lucros aos traficantes e ao governo português (KOSHIBA, 1996, p.96). Eles até batizavam os negros antes de virem se tornar escravos aqui no Brasil.

No tocante a religião, a predominante na colônia era de fato ensinada pela igreja católica, a qual acompanhou a família do monarca em sua mudança para a nova colônia. Igreja e monarquia caminhavam juntas, aquela legitimava os abusos praticados por esta, pois se alimentava das sobras do monarca.

Assumindo o papel de soldados da religião, os jesuítas tinham como objetivos conquistar índios e colonos, convertendo-os ao catolicismo. A arma utilizada nessa conquista espiritual foi à educação escolar que enfatizou o ensino religioso, a catequização. Por isso, imediatamente após sua chegada à Bahia, durante o governo-geral de Tomé de Souza, fundaram uma escola de nível elementar para os colonos (KOSHIBA, 1996, p.96)

Portanto, a escravidão era absolutamente legal aos olhos da igreja, pois esta argumentava que estaria fazendo um grande favor em catequizar este povo sem cultura e sem Deus.

Contudo, além do reforço da igreja, a necessidade de manter a escravidão era imensamente necessária, pois, os grandes latifúndios doados pela Coroa aos fidalgos careciam de vasta mão de obra escrava.

As missões foram utilizadas pelos jesuítas para a catequese e a exploração do trabalho indígena. Os jesuítas ensinavam aos índios a doutrina católica e os costumes da cultura europeia. Além disso, dominavam os índios fazendo-os trabalhar na extração de riquezas naturais conhecidas como drogas do sertão (guaraná, cravo, pimenta, castanha, baunilha, plantas aromáticas e medicinais). Explorando o trabalho indígena e vendendo as drogas do sertão os jesuítas obtinham grandes lucros. (KOSHIBA, 1996, p.96)

Percebe-se que “praticamente toda riqueza produzida na colônia era fruto do trabalho escravo. Os negros conviviam com um pequeno número de trabalhadores assalariados, cuja função era vigiá-los e realizar trabalhos que exigiam certos conhecimentos técnicos” (COSTA, 1999, p.56). E que o sistema colonial pôde se deleitar com a exploração dos homens e mulheres negros africanos.

Segundo Costa (1999, p.56) afirma: “essa situação obedecia ao espírito do capitalismo comercial, que visava obter o máximo de lucros com o mínimo gasto. O Africano-arrancado de sua terra, de sua cultura, e trazido para o pesado trabalho escravo procurou, com o tempo, formas de expressar suas resistências á

escravidão.” Era algo inevitável não resistir em algumas situações, devido a condição de exploração na qual os negros eram expostos.

De acordo com Costa (1999, p.56)

Para a Coroa portuguesa interessava o aumento da exportação de cana-de-açúcar, mesmo que com isso o gado fosse levado para o interior. Portanto, 95% do açúcar produzido no Brasil era exportado para Europa, a fim de amenizar as contas da Coroa Portuguesa que passava por grave crise financeira. Desta forma, não havia excedente de produtos na colônia, o que não permitia fomentação interna de mercado e consequentemente a colônia era pobre e miserável financeiramente

Para os colonizadores desconsiderar as diferenças entre as regiões africanas e, por conseguinte, a complexidade das etnias que o “Continente Africano” era, de certa maneira, uma forma de mostrar o desprezo do europeu para com a riqueza cultural do povo africano. Um grande continente para uma grande e única categoria de negros, esta era a fórmula (BARROS, 2009, p 42). Sabe-se que hoje esta visão além de errônea é também limitada.

Aos invasores e traficantes de escravos portugueses e de outras nações européias interessava dar vazão e difundir a noção de África selvagem, de um homem negro atrasado cultural e socialmente.

Logo a seguir, entretanto, com o desenvolvimento da economia açucareira, passam a chegar a grandes levas. A caçada de negros na África, sua travessia e a venda aqui passam a constituir o grande negócio dos europeus, em que imensos capitais foram investidos e que absorveria no futuro, pelo menos metade do valor do açúcar e, depois, do ouro (RIBEIRO, 1998, p.161).

BARROS (2009) afirma, que essa visão eurocêntrica do continente e do povo africano começou a fazer parte do imaginário coletivo, dando estímulo ao tráfico negreiro e a exploração de uma nova força de trabalho submetida as mais degradantes condições, com as devidas bênçãos da Igreja Católica.

O negro passou a ser visto “como uma realidade única e monolítica, e com o tempo foi levado a enxergar a si mesmo também desta maneira” Assim sendo, a desconstrução da diversidade de etnias negras e das realidades culturais africanas, mergulhando-as dentro de uma grande raça localizada em um espaço geográfico único e imaginariamente homogêneo e a simultânea visão desta parte da humanidade como “inferior” ao mesmo tempo em que se encarava o continente

africano como lugar exterior à “civilização” “constitui o fundo ideológico da montagem do sistema escravista no Brasil” (BARROS, 2009.p 45- 46). Ideias estas defendidas a favor daqueles detinham o poder político e econômico.

A teoria da inferioridade racial e o “medo branco”. Após construírem socialmente o conceito de “raça” negra e de um continente africano homogêneo desprovido de diferenças tribais e étnicas e dotado de uma unicidade ímpar, cabia agora aos colonizadores, para efeito de justificar sua dominação e exploração sobre os negros, atestarem “cientificamente” a inferioridade desta mesma “raça” negra era inferior do ponto de vista mental, cognitivo e sócio-cultural foram, inclusive, reiteradas pela Igreja Católica, que dizia que a única salvação dos negros africanos era a conversão ao catolicismo. “A instrução dos escravos na doutrina cristã e nos bons costumes completaria a obra de sujeição “interior do negro ao branco” (AZEVEDO, 2004, p.47)”. Uma forma cruel de subjugar-lo ainda mais ao sistema.

Portanto, a escravidão era absolutamente legal aos olhos da igreja, pois esta argumentava que estaria fazendo um grande favor em catequizar este povo sem cultura e sem Deus.

Contudo, em termos de Brasil, é importante salientar que neste contexto os negros eram tomados como violentos, arruaceiros, preguiçosos, viciados, imorais, vagabundos e incapazes para o trabalho livre, tendentes ao alcoolismo e a marginalidade, criminosos em potencial, inimigos da civilização e do progresso. Também foram taxados como os grandes responsáveis pelo atraso histórico do desenvolvimento brasileiro.

A associação do negro com a ideia da negação da ordem e do progresso aparece em inúmeros jornais brasileiros da época. AZEVEDO (2004) pontua que os negros eram vistos como “membros de uma raça inferior fadados fatalmente à ociosidade, à desagregação social e ao crime, como também, maus trabalhadores” incapazes para o trabalho livre.

Para elite escravocrata brasileira da época, “a raça inferior negra, embora escravizada, teria determinado a má evolução dos brasileiros brancos, o negro passava a incorporar a imagem de opressor de toda uma sociedade” (AZEVEDO, 2004, p.59). Com isso, eles deveriam ser excluídos ou marginalizados de todo processo de formação da sociedade brasileira.

Com relação à educação no período da escravidão negra no Brasil, “a educação praticamente não existia para soma considerável da população, apenas

alguns filhos de fazendeiros tinham o privilégio de estudar na Europa, outros ainda obtinham ensino dos Padres Jesuítas, os escravos não tinham direito a escolarização (COSTA, 1999, 56). Sendo também os negros impedidos de participar de qualquer escola ou cursos de cunho formativos.

Sabe-se ainda que: “a Companhia de Jesus deteve o monopólio do setor educacional no Brasil por mais de dois séculos, de 1549 a 1759 (ano em que foram expulsos do reino português, pelo marques de Pombal)” (COSTA, 1999, 56). Eles priorizavam uma educação de cunho religioso, e segundo eles os negros também não poderiam ter cesso a mesma.

De acordo com Costa (1999, p. 55). “Na colônia formaram-se duas classes antagônicas: a do todo-poderoso senhores de engenho, vivendo na casa-grande, e a dos negros escravos, na senzala, praticamente inexistindo camadas sociais intermediárias”. Duas classes bem divergentes e possuidoras de diferentes status.

No entanto, “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles o Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (COSTA, 1999, p.55). O trabalho escravo foi responsável por quase todo tipo de trabalho aqui, nos mais diversos setores.

Entretanto, a falta de estrutura e organismo de fomento interno causava um abismo entre os privilegiados e os excluídos. O que imperava era estado de calamidade pública no social culminado com total miséria financeira que assolava os menos favorecidos (COSTA, 1999, p.55). Uma situação que tornava os escravos insatisfeitos e resistentes ao sistema vigentes. Buscava-se através de fugas e até mesmo do suicídio o fim daquela condição.

Quanto ao tratamento do negro pelo branco na época da escravidão: “os negros no período da escravidão no Brasil, sabe-se que, o tratamento ofertado aos negros desde a captura na terra natal, passando pelos porões dos navios negreiros é desumano” (COTRIM, 2006, p. 76). Muitos morriam nas viagens até a América. Outros desejavam o alívio para tantas injúrias. Foram terríveis as ações contra o negro, um fato histórico que merece considerações e estudos contínuos.

Segundo Cotrim os navios negreiros eram em geral pequenas caravelas, capazes de levar uma carga aproximadamente 600 escravos. Sua tripulação de europeus não ia além de doze homens. (COTRIM, 2006, p.76)

Havia grande temor de que os negros se revoltassem, por isso não lhes era permitido ir á cobertura do navio. A viagem de Luanda a Recife durava, em média, trinta dias, á Bahia, durava quarenta dias; e ao Rio de Janeiro dois meses (COTRIM, 2006, p.76).

Percebe-se que: “o escravo precisava obedecer a todas as ordens dos seus proprietários, caso contraria estava sujeito a castigos brutais. As penas impostas eram extremamente cruéis: chicotadas em público, queimaduras do corpo com ferro em brasa etc.” (COTRIM, 2006, p.73). Numa condição quase insuportável homens e mulheres tiveram que resistir, e muitos momentos tolerar tais afrontas.

Segundo Cotrim (2006, p.74) sobre a forma que os negros eram tratados pelos seus donos afirma: “eram chicoteados como forma de castigo e os mesmos poderiam ser aplicados como forma de prevenção ou como de execução chegando ao total de trezentas ao dia, castigo desumano estes, que chegava até mesmo matar o indivíduo no tronco” (COTRIM, 2006, p.74) Essa pode ser uma das condições mais tensas ou talvez uma das mais assustadoras para os negros.

Sobre os castigos sofridos pelos escravos podem ser destacados: “os escravos poderiam usar mascaras de flanges, mascara de ferro, ser queimados com brasas.” As crueldades dependiam da criatividade senhor também denominado de seu “amo”.

Contudo, mesmo diante do momento histórico da colônia e da sua formação sociocultural, o negro contribuía de forma tímida devida sua condição de escravo (COTRIM, 2006, p.77) Mas é relevante destacar, eles contribuíram culturalmente e em vários outros aspectos com a formação do Brasil.

De acordo com Costa (1999, p. 90). “O homem negro representava fonte de riqueza tanto para quem vivia do tráfico como para quem o utilizava como força de trabalho. Do século XV ao XIX, foram retiradas da África cerca de 75 milhões de pessoas”. Uma riqueza que traduz a relevâncias dos mesmos para o sistema econômico e político da época. Enquanto os traficantes lucravam de um lado os que compravam a mão de obra destes escravos lucravam do outro.

Diante da situação adversa é natural que conflitos entre brancos e negros iriam explodir como consequência da política escravocrata. Sendo muito difícil manter tudo como estava. Enquanto a elite branca ostentava poder financeiro, os negros estavam submetidos em estado de total miséria (COSTA, 1999, p. 90). Incapazes de ter o mínimo de condições de uma vida digna. Trabalhavam para

fornecer os lucros obtidos pelos brancos e para que os mesmos pudessem gozar de tantas riquezas e bens.

Entretanto, este conflito racial ainda iria perdurar por longo tempo. E de alguma forma traduziria a força de um sistema escravocrata e suas maléficas consequências. O reflexo destes séculos de escravidão perdurou e proporcionou muito déficit ao negro no Brasil.

2.2 A LEI ÁUREA: SUA REALIDADE FRENTE DIFERENÇA RACIAL

Refletindo um quadro social, onde vários grupos passam a defender ideias abolicionistas foi apresentada uma proposta para a criação de uma lei que pusesse fim imediato á escravidão no Brasil. Nos anos anteriores alguns intelectuais já a desejava. Mas legalmente a abolição culminou em uma votação onde dos noventa e dois deputados apenas nove votaram contra, dos quais oito eram representantes dos proprietários rurais do vale do Paraíba. (COSTA, 1999, p.218). Chegara o momento de mudar, pelo menos teoricamente, a realidade de vida desses escravos. Após outras tentativas de enfraquecer as práticas escravistas.

De acordo com Costa (1999, p. 219), sobre a abolição da escravidão no Brasil ressalta que:

A Senadora Isabel, regente na época, foi uma assídua defensora da abolição. Fez uso de manobras políticas a fim de angariar votos para seus propósitos, mas sua atitude levou a mesma a perder o trono um ano depois da abolição. Vale lembrar as palavras de advertência que proferiu o Barão de Cotegipe "Vossa alteza libertou uma raça, mas perdeu o trono".

Entretanto, a Lei A Lei Áurea acaba apenas com o que restava da escravidão no Brasil. Neste momento 70% dos escravos já estavam libertos e por isso, a senadora Isabel não pode ser considerada a "libertadora" pois com a situação do sistema econômico e político já se acredita que mudanças logo aconteceriam.

Segundo Ribeiro (2006, p. 2006, p.204) afirma: as atuais classes dominantes brasileiras, feitas e filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante dos negros, a mesma atitude de desprezo vil. Os brancos elitizados além do desprezo, tornava a situação dos negros cada vez mais desfavoráveis.

E continua o autor ao afirmar: “para seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, era mera força energética, como um saco de carvão, que desgastado era substituído facilmente por outro que se comprava” (RIBEIRO, 2006, p.204). Foram trágicos os momentos pós libertação para tais negros. Surge nesta perspectiva mais resquícios ideológicos cruéis da escravidão.

Darcy Ribeiro ainda sobre a discriminação da sociedade sobre a massa negra declara:

A nação brasileira, comandada por gente dessa mentalidade nunca fez nada pela massa negra que a construíra. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudesse educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão. Grande parte desses negros dirigiu-se às cidades, onde encontraram um ambiente de convivência social menos hostil (RIBEIRO, 2006, p.205).

Contudo desprezados pela sociedade, o elemento negro foi obrigado a procurar nos grandes centros oportunidades para poder sobreviver, como afirma Ribeiro nitidamente. “A partir dessas precárias bases, o negro urbano veio a ser o que há de mais vigoroso e belo na cultura popular brasileira. Com base nela é que se estrutura o nosso carnaval, o culto de Iemanjá, a capoeira e inumeráveis manifestações culturais” (RIBEIRO, 2006,p.204). Uma visão que nos mostra como foi a reconstrução da vida destes negros, marcada de desafios e exclusão.

Mas o negro aproveita cada oportunidade que lhe é dada para expressar o seu valor. Já que tinham uma bagagem histórica e cultural relevante. Isso ocorre principalmente nos os campos em que não se exige escolaridade. É o caso da música popular, do futebol e de numerosas formas menos visíveis de competição e de expressão (RIBEIRO,2006, p.204) Vemos como é real a força e garra destes homens que nos deixaram um legado de grande valor.

2.3 REALIDADE DO NEGRO NO BRASIL DO SÉCULO XIX A ATUALIDADE.

Na segunda metade do séc. XIX, ainda sobre influência das teorias de inferioridade do negro e de superioridade européia, põe-se em prática um projeto de construção de um Brasil novo, baseado no incentivo à imigração do europeu, que viriam para o país com a função de estimular o desenvolvimento e, também

“embranquecer” a população. Para que isso ocorresse era necessário mais pessoas brancas e também tirar o negro desse cenário.

Nessa época um contingente de mais de 03 milhões de Europeus, desembarcaram em nossas terras. Havia todo um interesse e incentivo por parte do governo brasileiro para a vinda deste grande número de imigrantes vindos da Europa.

Sobre este momento, AZEVEDO (2004) assevera que a concorrência tornava-se desigual, uma vez que os negros e mestiços não contavam com qualquer das facilidades destinadas aos brancos.

Enquanto os imigrantes europeus podiam contar com alguns privilégios e proteção proporcionados pelo ESTADO brasileiro e, também pelos consulados de seus países de origem, os brasileiros negros não tinham apoio de ninguém, a não ser dele mesmos. Por isso, sofriam perseguições da polícia e eram discriminados quando tentavam conseguir emprego. Mesmo as instituições religiosas recusavam-se a educar crianças negras. (AZEVEDO, 2003, p.205).

É importante analisar a sombra da história que os negros não tiveram apoio do ESTADO, aliás, pelo contrário, foram perseguidos pela polícia e, em outros tempos como brasileiros não tiveram assistência econômica ou privilégio do poder público. Eram taxados e rotulados de baderneiros, excluídos e marginalizados.

Em determinado momento o negro passa a ser rejeitado enquanto elemento social a partir de então viabiliza-se a introdução de brancos. Ao mesmo tempo, os homens de cor passam a ser vistos como corruptores da nação e sendo ligados a todos os problemas do Brasil. Nesta perspectiva continua a ser difundida uma visão negativa e subumana dos mesmos.

É exemplar nesse sentido o artigo de um jornal de abril de 1886, intitulado “O trabalho” do qual é extraído o trecho mencionado a seguir:

Agora que nosso país vai passar por uma verdadeira metamorfose; agora que o Brasil vai infelizmente ficar livre da foi devastadora do negro, essa máquina estúpida que até o só têm servido para reduzir as cinzas às preciosidades que a sabia natureza nos legou lego devemos todos em um só pensar, apontarmos àquele que têm seguido rotinas coloniais o caminho devem seguir (SCHWARZ, 1886).

Trata-se de um discurso onde segundo Lilia Schwarz o negro é considerado um “estrangeiro indesejável” a partir do momento em que se dá a introdução em larga escala do imigrante europeu. Não considerando sua contribuição e nem sua participação na construção do nosso país.

Consta a posição de Tavares Bastos, alagoano eleito em 1862 para representar sua província, como deputado, sendo um dos principais divulgadores da ideologia da inferioridade do negro no Brasil. Para ele, o fim da escravidão deveria ser estendido como uma forma de afastar os prejuízos adquiridos por meio do trabalho do negro. Este era responsável pelo atraso da indústria, pela monocultura e pela deficiência das comunicações. Um discurso bastante desconectado da realidade.

Neste contexto, defender a imigração não era, portanto, um ideal antipatriótico. Pelo contrário, a introdução de sangue novo servia a um ideal de construção de uma nova nação, composta por homens brancos, fortes e saudáveis, de acordo com os padrões prevalecentes na época. O estrangeiro viria, portanto, engrandecer o Brasil, através de sua superioridade racial.

No periódico A Verdade Política de 30 de abril de 1889, que mais “atribuiu este tipo de característica positivo do imigrante sobre os italianos diziam que tinham índole ordeira e pacífica, como não tem os nossos patrícios.” Afirmava também que o “imigrante vem colaborar no nosso desenvolvimento moral e material com a força do seu espírito e do seu braço”. Considerando, bem diversa a situação do negro.

Tal citação atesta o fato de que a escolha da imigração não se fez apenas com base em uma necessidade de mão-de-obra decorrente do fim do regime de escravidão, mas também pela crença de que a introdução dos mesmos representará a injeção de um povo “mais avançado” do que se encontra no Brasil.

Essa confiança era tamanha que se pensava, inclusive que a imigração traria consigo a industrialização característica dos países ocidentais. Tais imigrantes viriam para engrandecer, povoando e levando ou industrializando a nossa pátria. Por isso, à custa do tesouro procura-se estabelecer esses imigrantes em núcleos coloniais.

A ideia de superioridade do imigrante branco europeu, também foi dada pelas noções de civilizações do progresso. Provavelmente sobre a influência do Darwinismo social, as elites difundiam a concepção de que os países da Europa estariam em um patamar evolutivo mais avançado que o Brasil.

Deste modo, bastaria introduzir os imigrantes deste continente para que os países alcançassem o progresso e a civilização necessários para se chegar à modernidade. Encontra-se a interiorização das demais possibilidades de mão-de-obra. O negro era bárbaro e só seria útil do sistema escravista regime agora mal visto aos olhos estrangeiros.

Ao discutir a ideia de nacionalismo, junto dela, a noção de raça, dirá que a ideia de raça construída hierarquias denotando desigualdades, dominou o pensamento social brasileiro do século XIX, tendo sido respaldada, em parte. Por alguns estudiosos do campo das ciências sociais humanas, que usavam e abusavam da metáfora darwinista da “sobrevivência dos mais aptos” que inventaram a eugenia para sugerir políticas públicas que, entre outras coisas implicavam limpeza étnica. (SEFYFERTF, 1996, p. 42-43).

É importante destacar que o darwinismo social é a principal doutrina racista que fundamenta essa situação no Brasil. Divulgou-se desde o início do século XIX na Europa e chega no Brasil por meados do mesmo século. Como nos afirma o autor:

Principal doutrina racista vigente na passagem do século XVIII radicalizou o primado das leis biológicas na determinação da civilização afirmando que o progresso humano é resultado da luta e da competição entre raças, vencendo as mais capazes (ou aptos) no caso, os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social. (SEYFERTH, 1996, p.43).

Em referência ao controle da população negra, um novo projeto instituiu “um tributo progressivo sobre os escravos das cidades, vilas e freguesias” esvaziando-as para a ocupação dos imigrantes.

O poder sobre a vida se explicitaria nas políticas sobre a vida biológica, entre elas a política de incentivo à imigração. Enquanto o poder sobre a morte se explicitaria através do racismo, por exemplo, presente no modo como o povo negro foi abandonado pelo ESTADO à própria sorte. Nesse sentido, o ESTADO estaria mais preocupado em fazer viver um “tipo racial” considerado superior e deixar morrer outro de “tipo racial” considerado inferior.

Práticas com o objetivo de disciplinar a população negra produzindo corpos úteis foram bastante comuns ainda no período pós-escravidão. Um exemplo é o “delito de vadiagem”, definido pelo código penal de 1890. Por meio desta legislação, era possível punir os negros, mesmos os libertos, que fossem encontrados sem

ocupação, pois a ociosidade representava um perigo social. Desse modo, eram obrigados a trabalhar por qualquer preço, ou até mesmo de graça, para não serem presos. Essa lei mostra-nos a contundente prática de exclusão para com o negro.

É importante salientar que as elites acreditavam que em breve, com a miscigenação os negros diminuiriam chegando até a extinção.

“Em 100 anos, não haverá mais negros no Brasil”. Tal afirmação ganhava ares de profecia durante o Congresso Universal das Raças, realizado no Ano de 1911, em Londres. Ideia pronunciada pelo delegado do Governo Brasileiro, João Batista De Lacerda, médico e diretor do Museu Nacional de 1895 a 1915, representava uma visão do pensamento científico da época. Segundo o qual “o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população do fenótipo branco” (SEYFERTH, 1996, p.49)

Contudo nos Estados Unidos que começa a se configurar um campo de luta pela igualdade racial no país, a partir da década de 1960. Ondas de protestos contra o sistema vigente de segregação trouxeram para a cena líderes como Martin Luther King, Malcom X, Rosa Parks e grupos como os Panteras Negras, que apresentavam diferentes propostas de ação políticas e que marcaram definitivamente a luta racial nos Estados Unidos.

Portanto, na América, Martin Luther King, o maior ícone na luta dos negros americanos contra a segregação racial, se fez conhecido pelo seu feliz pensamento “a liberdade jamais é dada pelo opressor ela tem que ser conquistada pelo oprimido” e ainda de forma eloquente continua “Eu tenho um sonho, o sonho de ver meus filhos julgados por sua personalidade, não pela cor de sua pele” (BROWN & SCHLOREDT, 1989). Um homem referência para todos os negros do mundo.

A partir deste contexto de luta dos negros, nos Estados Unidos surgem as Políticas Públicas afirmativas para os mesmos, sob o governo do presidente Richard Nixon (1969-1974), no final do decênio de 1960. Devemos considerar o aparecimento das cotas como fruto da força e da ressonância social conquistada pelos direitos civis, iniciados em meados da década anterior.

Após o assassinato de Martin Luther King, em 1968, as manifestações pelos direitos dos negros americanos recrudesceram em todo o país. A situação de caos e violência nas cidades americanas acordou Nixon, um conservador republicano, nada

afeito à luta pelos direitos civis, o fazendo implantar a políticas de cotas, beneficiando o ingresso de negros nas universidades e no mercado de trabalho.

O Brasil foi um dos países dos 167 Estados que ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Com isso, o país se comprometeu a *não apenas combater as desigualdades raciais* (PIOVESAN, 2005). Muitos até acreditam erroneamente que o Brasil é um país onde há uma democracia racial. Só que os dados mostram que isso é um engano.

Em termos legais, a Constituição de 1988 passou a considerar a prática de racismo, como crime inafiançável e imprescritível. No entanto, devido ao rigor da legislação, a lei tem sido pouco aplicada. Por outro lado, a implementação de medidas que favoreceram especificamente a população negra tem encontrado resistência na sociedade.

No que se refere à raça a Constituição determina, “claramente proíbe a discriminação negativa no art. 3º, inc. IV” e o autor menciona (...). A Constituição de 1988 é considerada a Constituição mais democrática que o Brasil já teve. Fruto de uma ampla mobilização da sociedade nacional, que viu no processo constituinte a possibilidade de reconstruir outro país” (MALKISKA, p. 63). Quando uma lei soberana declara isso, as discriminações deveriam ser mínimas ou inexistente. Só que no dia dia dos negros o que ocorre é bem diferente.

Dentre estes artigos albergados pela Constituição estão os que facultam a liberdade, a igualdade de direitos, a não discriminação de raças, entre outros. “A Constituição procurou se afastar de uma visão formalista e abstrata da realidade. Ela já nos seus primeiros artigos reconhece as desigualdades, a marginalidade, enfim, os problemas da sociedade brasileira e convoca a República para enfrentá-los” (MALISKA, 2009, p. 63). Pena que se ignorou ou timidamente enfrentou-se esses problemas. Esquece-se de quão relevante é a lei de 1988.

Contudo, reafirmando a importância da Constituição Federal de 1988, Maliska afirma que:

A leitura do caput do art 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros...” pressupõe a leitura do art. 3º que dispõe que “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV –

promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (2009, p.64).

“Uma Constituição que reconhece que há discriminação e desigualdades na sociedade não pode legitimar leis e políticas públicas que tratam todos os cidadãos de igual forma, mantendo e reproduzindo a situação de desigualdade social” (MALISKCA, 2009, p. 64). Por isso, acredita-se na relevância de ações práticas de políticas que estejam de acordo com esta lei. Considerando-a e respeitando-a como fundamento de uma sociedade mais democrática.

No tocante a “tolerância racial” no Brasil pode-se afirmar a manifestação do mito “democracia racial”, uma vez que o conflito racial existe, sutil, declarado, velado, não-declarado, mascarado. No Brasil existe sutileza das manifestações de preconceito e de discriminação racial tornando por vezes invisível a violência exercida sobre a população negra brasileira.

De acordo com Maliska (2009, p. 58), no tocante ao negro na sociedade brasileira, o autor afirma que: “A presença do negro em diversas manifestações da cultura brasileira, poderia até se dizer, das principais manifestações da cultura nacional, sempre passou a idéia para a sociedade de que no Brasil o negro não é discriminado”. Uma construção contrária ao que acontece de fato.

Em relação ao acesso à educação, a situação se mantém de forma desigual. Segundo o IBGE (2010).

70% dos 14 milhões de analfabetos do país são negros. Hipoteticamente, se de repente, por um passe de mágica, os ensinos básico e fundamental melhorassem seus níveis para que os estudantes pudessem competir com igualdade de condições no vestibular com alunos de colégios particulares fortes- do ponto de vista econômico – os estudantes negros levariam mais de três décadas para atingir o atual nível dos alunos brancos (MUNANGA, 2001).

A Lei 10.639- Em 09 de janeiro de 2003, no início do governo Lula, foi promulgada e, desde aquela data se tornou obrigatório a inclusão nos currículos dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, conteúdos relacionados à História da África e a Cultura Afro-Brasileira, até então praticamente inexistente, ou pouco trabalhada no espaço escolar.

Outro ponto de fundamental importância é o caráter pedagógico e a ênfase na questão curricular das instituições escolares. O currículo expressa o conflito de interesses e os valores dominantes que guiam a escolarização.

Outra abordagem é a presença do negro nos livros didáticos. Principalmente, em relação à História do Brasil, apontam que os livros analisados se referem ao negro como escravizado e, em alguma medida, à resistência contra esta situação.

Na reflexão sobre a escravidão nos livros didáticos, algumas questões são ressaltadas: fatores determinantes da escravidão dos africanos, castigos aos escravizados, iconografia sobre o negro, fim da escravidão e a substituição do trabalho dos escravizados pelo trabalho livre. Deixando de lado aspectos relevantes de suas culturas e histórias.

O período da escravidão, nos textos dos livros didáticos, também está presente em sua iconografia. Uma imagem que simboliza a representação do negro nesses materiais se refere ao seu cativeiro. As ilustrações nos livros didáticos são destacadas, por Mariléia Cruz (2000), que constatou ilustrações sobre a escravidão em quase todos os livros, que fazem referência aos negros. Sendo uma maneira negativa de mostra-los.

A resistência negra à escravidão é demonstrada de forma reduzida nos livros didáticos relacionados à História do Brasil, particularmente a partir dos anos de 1980. Andrea Carvalho (2006), por exemplo, destaca que, nos livros analisados, a resistência dos africanos e seus descendentes, está centrada nos Quilombos, particularmente no de Palmares. Ressalta que além de os livros não abordarem outras formas de resistência, os textos possibilitam interpretações equivocadas. Uma amostra desta situação é a percepção de que os africanos foram passivos à escravidão.

Outra questão significativa sobre as relações étnico-raciais nos currículos escolares se refere ao fato do currículo eurocêntrico não ser questionado, como se, naturalmente, fosse à indicação do que é valioso a ser ensinado, não resultando de uma construção histórica. Esse aspecto precisa ser levado em consideração análise das práticas que se desenvolvem na sala de aula.

Poder-se-ia argumentar que nesse sentido, o ex-escravos e os alforriados sofreram o destino comum de todos os “pobres” no Brasil. A indigência dos escravos e a eliminação dos libertos pelos efeitos da competição com os imigrantes europeus livres explicariam sociologicamente o processo (FERNANDES, 1972, p.66)

3. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL: DIREITO DAS RAÇAS

Quanto a Constituição e o direito das raças, pode-se verificar que:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

Contudo a luta das ONG's afrodescendentes, para tirar da formalidade o art. 5º e fazer direito real, perduraram por longos anos. Foram várias manifestações e densos debates com partidos e legisladores.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Percebe-se que os ministros do (STF) não demonstraram qualquer dúvida quanto à legitimidade das cotas. A Constituição é permeada por direitos e garantias fundamentais. “A Constituição não menciona somente a igualdade formal, “a Constituição superou o momento para legitimar a igualdade material, ou seja, ela não pressupõe que todos são iguais perante a lei” ((MALISKCA, 2009, p.64).Era necessário algo mais concreto para os negros. Sendo preciso urgentemente a materialização desta igualdade.

Em relação ao conceito de igualdade na Constituição, o autor Maliska (2009, p. 64), no tocante a raça a Constituição determina, “claramente proíbe a discriminação negativa no art. 3º, inc. IV”. Onde ignore-se atos discriminatórios, qualquer que sejam eles.

Maliska (2009, p.64) afirma que: a Constituição de 1988 é considerada a Constituição mais democrática que o Brasil já teve. Fruto de uma ampla mobilização da sociedade nacional, que viu no processo constituinte a possibilidade de reconstruir outro país” (MALKISKA, p. 63). Sendo a mesma uma grande conquista nacional. Capaz de mobilizar pessoas e reconstruir ideias.

A Constituição procurou se afastar de uma visão formalista e abstrata da realidade. Ela já nos seus primeiros artigos reconhece as desigualdades, a marginalidade, enfim, os problemas da sociedade brasileira e convoca a República para enfrentá-los (MALISKA, 2009, p. 63). Algo positivo, que possibilita a todos uma melhor e mais profunda reflexão que impulse uma ação.

Portanto reafirmando a relevância da Constituição Federal de 1988, Maliska ressalta que:

A leitura do caput do art 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros...” pressupõe a leitura do art. 3º que dispõe que “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (2009, p.64).

Contudo, a Constituição reconhece a existência que o Brasil necessita de uma sociedade equilibrada, no que tange as questões sociais. “Uma Constituição que reconhece que há discriminação e desigualdades na sociedade não pode legitimar leis e políticas públicas que tratam todos os cidadãos de igual forma, mantendo e reproduzindo a situação de desigualdade social” (MALISKCA, 2009, p. 64). Uma consideração valiosa, no tocante a situação da educação dos negros ainda neste período.

No tocante a Constituição de 1988 e os direitos dos cidadãos, Ciconello afirma:

O ano de 1988 é um marco no processo de redemocratização do Brasil, com a promulgação da Constituição Federal, a chamada Constituição cidadã, depois de dois anos de intensos debates que contaram com a participação de inúmeras organizações e movimentos sociais. No tocante a questão racial, é a primeira vez que o Estado brasileiro reconhece a existência do racismo e toma algumas medidas concretas para enfrentá-lo, nos âmbitos dos princípios (igualdade de direitos), da legislação penal (com a criminalização das práticas de racismo) e da cultura (com o reconhecimento da influência negra na formação do Brasil) (2008, p. 09).

Portanto, a Promulgação da Carta Magna, no Brasil em 1988, promove a democracia no país, uma vez que envolve as problemáticas sociais.

Segundo Pacheco, *apud* Maliska (2009, p. 60), no tocante a Constituição afirma: “A Constituição em diversos momentos do seu texto utiliza as palavras raça,

cor, racismo, cultura afro-descendente, segmentos étnicos nacionais, enfim, ela tem no pluralismo e na diversidade elemento indispensáveis de sua identificação”. Essas palavras passam a ter novos significados, ganham um valor positivo.

Referente à Raça e na Constituição o autor Piza *apud* Maliska ressalta que:

O tratamento constitucional da sócio-bio-diversidade presente no grupo semântico da palavra raça surge amparado por três grandes grupos de princípios: a) Princípio da não discriminação, que consiste no repúdio das teorias de supremacia racial; b) Princípio do pluralismo/diversidade, que consiste na defesa da diversidade como realização da dignidade humana e condição para construção da identidade nacional; c) Princípio do combate à desigualdade, que consiste na obrigação de combate às desigualdades reais que se estabeleceram historicamente entre os diversos grupos raciais, mediante prestações positivas por parte do Estado e da sociedade (2009, p.61).

Ainda no que concerne ao direito de raça, não por reafirmar a existência de uma raça superior ou não, na Constituição o autor preconiza que:

O Supremo Tribunal Federal teve a oportunidade de manifestar-se sobre o tema por ocasião da decisão do paradigmático caso Ellwanger (HC 82.424/RS). Segundo ficou assentado nessa decisão, o Brasil aderiu a “tratados e acordos multilaterais, que energicamente repudiam quaisquer discriminações raciais, aí compreendidas as distinções entre os homens por restrições ou preferências oriundas da raça, cor, credo, descendência ou origem nacional ou étnicas, inspiradas na pretensa superioridade de um povo sobre outro, de que são exemplos a xenofobia, negrofobia, islamafobia e o anti-semitismo” (MALISKA, 2009, p. 61).

Para a socióloga Ana Lúcia valente tanto a Constituição brasileira, como a americana, há normas Federais que garante os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros e americanos. As origens do conflito raciais americanos estão ligadas ao processo de afirmação e de expansão do capitalismo desde o século 15. (VALENTE, 1994 p.38). Essas normas precisam de uma melhor análise e onde busque-se retratar a condição dada a esses conflitos.

4 DISCRIMINAÇÃO RACIAL: DUAS NAÇÕES ANTAGONICAS

No tocante a discriminação racial, nos EUA, o Valente, menciona que:

Nesta época foram organizados grupos negros, alguns defendendo a luta armada, outros pregando a não violência, estes últimos sob a liderança de Martin Luther King, assassinado em 1968. Luther King foi assassinado no quarto de um hotel na cidade de Memphis, um dia antes de participar da caminhada em busca dos direitos sociais. Seu sonho de justiça esta jorrando como um rio caudaloso permeando varias constituições pelo mundo (VALENTE, 1994, p.39).

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º XLII, que se espelhou na Carta Magna americana garante o direito dos cidadãos, principalmente no que concerne a raça. (VALENTE, 1994, p.39). Houve certa influência das ideias americanas sobre raça na nossa Constituição.

E a grande controvérsia do racismo no Brasil é um o fato que gera discussões referentes aos tipos de preconceitos, dentre eles os tipos de preconceitos raciais.

De acordo com Fernandes Florestan *apud* Schwarcz (2006, p. 173) o autor afirma: “De fato, existem várias formas socioculturais de preconceito racial. O que há de mal conosco consiste no fato de que tomamos como paralelo o tipo de preconceito racial explícito, aberto e sistemático posto em prática nos Estados Unidos”. Esse pensamento faz-nos comparar a formação desses preconceitos nestas duas nações. Pois vivenciamos aqui, um preconceito racial maquiado.

Contudo, nos Estados Unidos as regras são nítidas, com relação ao preconceito racial, embora seja combatido por autoridades do assunto naquele país.

Relata de maneira convicta a socióloga Ana Lucia Valente sobre alguns autores que se posicionaram contra o racismo Americano como Rosa Parks, Gil Scott-Heron, Malcon X, Luther King, Ângela Davis e outros, ficaram marcados na história mundial, enquanto os autores que escreveram nossa história estão propositalmente esquecidos. (VALENTE, 1994, p 39) Tais pessoas tiveram que lutar continuamente contra ideias, práticas e ações preconceituosas e racistas.

São muitas as histórias sobre os negros e os brancos nos Estados Unidos. Sabemos que neste país os negros têm exigido seus direitos no plano legal desde o fim da escravidão.

O sociólogo Ivan Costa Lima declara que é camuflada a realidade, com a ideologia da não-discriminação, de que o Brasil alcança, sem tensões, os mesmos resultados que outras sociedades abertamente racistas. O que enfraquece a luta dos que buscam e acreditam na mudança deste cenário brasileiro.

Segundo Lima, o próprio sistema de educação é elaborado com intuito de abafar a história da escravidão e conseqüentemente o racismo existente, no tecido da sociedade Brasileira. Enquanto nos E.U.A é possível detectar a segregação racial no Brasil a segregação usa máscara de forma invisível a olhos nu (LIMA,1997,p.37). Nosso sistema educacional, precisa de mudanças profundas nos seus princípios que forma uma sociedade desinformada e tendenciosa a uma postura racista.

Percebe-se que no Brasil, o preconceito é “camuflado”, o que leva o mesmo às vezes a passar despercebido em nossa vivência cotidiana. “Esse incidente, acima de tudo, demonstrou como a ideia de negritude era entendida diferentemente no Brasil e nos Estados Unidos.” Uma pessoa considerada negra nos Estados Unidos muitas vezes não é assim classificada no Brasil (TELLES, 2012, p.66). Divergências que promovem um antagonismo entre esses países. E revela o quanto brasileiro associa o “ser negro” a história da escravidão apreendida na escola

Portanto, as definições de raça, são diferentes nos dois países: Brasil e Estados Unidos. “De fato, alguns negros americanos podem ser considerados brancos no Brasil. Embora o valor dado à negritude seja igualmente baixo por toda parte, a classificação de alguém como negro não é uniforme” (TELLES, 2012, p. 66). O que percebe-se é que a tentativa de não identificação com o “ser negro”.

De acordo com Telles, a questão racial, ou a forma de preconceito relativo à raça, pode variar dependendo do contexto.

A noção de quem é preto, mestiço ou branco no Brasil pode variar muito, dependendo de quem classifica, da situação ou da região. A categoria preta ou negra no Brasil é freqüentemente evasiva, permitindo aos brasileiros dela escapar ocasionalmente, ou, em razão de manipulação política (TELLES, 2012, p. 66).

Percebe-se que a conveniência também auxilia os indivíduos a classificar a sua cor, ou a ser considerado por ela, depende muito da situação em que raça, indivíduo

estejam convivendo. “Outra diferença entre os dois países é o emprego do termo “raça”.” Um termo polêmico, já bastante analisado em várias áreas do conhecimento.

No tocante a raça no Brasil e o significado de raça Telles, ressalta que no Brasil, o termo “cor” no Brasil é mais usado do que raça, porque capta a ideia de continuidade entre as categorias de raças brasileiras que se sobrepõem. No português brasileiro o termo “raça” muitas vezes quer dizer “força de vontade” ou “desejo” (TELLES, 2012, p. 66).

Entretanto, o conceito de raça no Brasil, pode ser interpretado distintamente, o termo tem outro significado mediante o contexto no qual esteja sendo empregado.

De acordo com Telles, relata sobre a cor tanto, no Brasil como nos Estados Unidos.

“De forma semelhante, a ideia essencialista de que cada indivíduo pertence a um grupo racial é menos comum no Brasil do que nos Estados Unidos. Não obstante, no Brasil o termo “cor” capta equivalentes do termo inglês “*race*”, expressando uma combinação de características físicas, inclusive a cor da pele, o tipo de cabelo, a forma do nariz e dos lábios (TELLES, 2012, p.66).

Contudo, esta diferenciação quanto à terminologia, ocorre por questões históricas, uma vez que os dois países foram colonizados por países diferentes. “Essas diferenças na classificação racial entre Brasil e Estados Unidos derivam de suas histórias, principalmente nas suas respectivas decisões sobre a classificação das pessoas miscigenadas e sobre a instituição de um regime de segregação legal (TELLES, 2012, p. 66). Onde diferentes situações se estabeleceram.

A posição histórica do Brasil em relação aos Estados Unidos, referente à raça é distinta, no Brasil a miscigenação, o conceito da palavra raça e o modo de viver do brasileiro em comparação com a forma de vida dos americanos também se diferenciam no preconceito racial (RESENDE, 2013, p. 08).

Uma nação colonizada por ingleses outra por portugueses. No Brasil a miscigenação a princípio foi algo negativo. Já nos EUA, a ida de imigrantes desde o início da colonização foi apoiada pelo governo. E as construções dos preconceitos também se deram de maneira antagônicas.

4.1 DISCRIMINAÇÃO RACIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

A discriminação racial no Brasil ocorre com frequência em diferentes ambientes, dentre estes está as escolas.

De acordo com Silva Júnior (2002, p. 24), relata que: “Fúlvia Rosemberg e colaboradoras realizaram um importante estudo sobre rendimento escolar dos segmentos racial, branco e negro no Estado de São Paulo. Ela conclui que as crianças negras tendem a repetir o ano com uma frequência maior do que as brancas”.

Segundo os estudos de Rosemberg e suas colaboradoras *apud* Silva (2002, p.16) “destacam, também, que as crianças negras são excluídas mais cedo do sistema escolar, particularmente na passagem da 3ª para a 4ª série do 1º grau.

Segundo Rosemberg *apud* Silva (2002, p.24) “as famílias negras podem estar encaminhando seus filhos para equipamentos sociais freqüentados por negros ou por populações brancas mais pobres, como um mecanismo de defesa contra a discriminação racial”.

Se as próprias instâncias governamentais se preocupam atualmente em trabalhar, no interior dos currículos, temas voltados para a superação da discriminação e da exclusão social étnico-raciais, deve-se considerar que estas mesmas instâncias reconhecem a existência da discriminação (2002, p. 24).

Percebe-se diante da nossa tão miscigenada sociedade a necessidade de abordar temas sobre o racismo nas escolas brasileiras, e isto pode ser reforçado pelos PCNs. Como afirma Silva Júnior (2002, p. 31).

Os PCNs (Parametros Curriculares Nacionais), criados pelo MEC em 1998, apesar do seu caráter de “parâmetro” e não-obrigatoriedade, é complementar às orientações curriculares e à LDB/96, quando propõem a abordagem da “Pluralidade Cultural” como um tema transversal, com os objetivos, entre outros, de possibilitar o conhecimento do patrimônio étnicocultural brasileiro; reconhecer as qualidades da própria cultura, valorizando a criticamente e enriquecendo a vivência da cidadania; repudiar e denunciar toda e qualquer forma de discriminação baseada em diferenças de raça, etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais

O livro didático é um importante meio de veiculação de racismo, este ultrapassava tudo que se tinha visto, posteriormente à década de 70, quando, em decorrência do impacto de estudos, pesquisas e gestões políticas do Movimento Negro (SILVA, 2002, p. 34). Considerando a variedade social e cultural que formam as comunidades escolares dentro da realidade brasileira, os conteúdos abordados no livro didático devem está relacionados a um entendimento sobre o negro como sujeito. Combatendo-se toda e qualquer prática racista. Enxergando a todos, sem exceção, como sujeitos de suas próprias histórias e oportunizá-los a reafirmarem suas próprias identidades. Tal postura enriquece sobremaneira as atividades pedagógicas realizadas dentro ou fora da sala de aula. Os conteúdos referentes aos africanos os dignificam, pois são parte da história de um povo e de suas riquezas. Eles refletem dentro do contexto escolar, as marcas da vida do continente que foi alvo de muitas injustiças durante vários séculos da história. O cumprimento de tais políticas revelam a luta e o reconhecimento do movimento social negro.

4.2 SOCIEDADE ATUAL: AFRO-BRASILEIRA

Entre tantos sociólogos renomados na história, pode-se citar Émile Durkheim (1858-1917) que foi o fundador da escola francesa de Sociologia. Durkheim entendia que a sociedade era um organismo que funcionava como um corpo, onde cada órgão tem uma função e depende dos outros para sobreviver. Ao seu olhar, o que importa é o indivíduo se sentir parte do todo, pois caso contrário ocorrerá anomalias sociais, deteriorando o tecido social (DURKHEIM, 1996, p. 51) Uma consideração de extrema importância quando pensamos nos negros dentro da nação brasileira.

Nota-se a real preocupação do Sociólogo em diminuir as diferenças de classes, pois sendo a sociedade um corpo, todos têm que estar funcionando em harmonia.

Florestan Fernandes outro grande Sociólogo de origem Tupiniquim, também preocupado com a segregação racial, existente na sua época fez inúmeras pesquisas sobre o racismo e suas consequências. Sendo assim o autor chegou à seguinte conclusão:

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento

do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (FERNANDES, 1978, p-20).

De acordo com Santos (2010), pelo fim da segregação racial no Brasil, quando questionado sobre a inclusão do cotista racial no ensino superior o autor ressalta que:

Não se trata de implantar o racismo. O racismo na universidade já está implantado, faz muito tempo. Nada comprova que os eleitos egressos do vestibular são mais capacitados para ocupar os lugares privilegiados da universidade pública. São, sim, aqueles melhor treinados por cursinhos que ensinam, melhor treinam, o caminho para driblar a barreira do vestibular e para que isto ocorra seus professores desenvolvem técnicas armônicas (cantorias, piadas, letanias etc.), que ajudam a lembrar as respostas "certas" das provas, que logo depois serão esquecidas (...). Existe, então, um racismo vigente para privilegiar o ingresso à universidade pública dos jovens herdeiros das camadas médias e altas da sociedade, predominantemente brancas. (2012, p. 03)

E acrescenta Teles (2012) que:

Mesmo que já existisse a garantia constitucional para as ações afirmativas no País, assim como a indicação de reserva de vagas para determinados segmentos – portadores de necessidades especiais e mulheres – o sistema jurídico só foi acionado quando da introdução do sistema de cotas para alunos egressos das escolas públicas, negros e indígenas em universidades públicas estaduais e federais (TELLES, 2012, p-13).

Segundo Santos, quando da implantação das cotas raciais, houve um grande mover da mídia sobre o tema, mas infelizmente de maneira tendenciosa, o que fazia que os próprios negros se sentissem inferiores aos alunos não cotista (2009). A mídia seguiu o modelo hegemônico de pensar essa oportunidade para o negro.

Esta verdade declarou-se diante das centenas de processos impetrados contra as cotas raciais, mas curiosamente não houve nenhuma manifestação parecida com outros grupos minoritários, o que demonstra que existe no tecido da sociedade resquícios de xenofobia racial (SANTOS, 2009, p. 56). Sendo relevante pesquisar o tema para melhor debater sobre o mesmo.

Torna-se, contudo, insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser

visto em sua peculiaridade e particularidade (PIOVESAN, 2012, p- 46). Um indivíduo tem algo que pertence só a ele, e que precisa ser respeitado.

Segundo Piovesan (2012, p. 46) ressalta:

Nessa ótica determinados sujeitos de direito ou determinadas violações de direitos exigem uma resposta específica e diferenciada. Vale dizer, na esfera internacional, se uma primeira vertente de instrumentos internacionais nasce com a vocação de proporcionar uma proteção geral, genérica e abstrata, refletindo o próprio temor da diferença, percebe-se, posteriormente, a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade.

Ao lado do direito à igualdade, surge também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial (PIOVESAN, 2012, p- 46). Não um tratamento que o considera superior, mas que analisa sua condição e seu meios diante do todo.

Segundo Munanga, o racismo é o principal elemento inibidor do crescimento da etnia negra no Brasil. Um fato historicamente construído. Ainda sobre este elemento ele argumenta que:

Diz-se que os negros não conseguem bons empregos e bons salários porque não tiveram acesso a uma boa educação e que não tiveram acesso a uma boa educação porque seus pais são pobres. Neste beco sem saída entre educação, pobreza e mobilidade social, a discriminação racial nunca é considerada como uma das causas das desigualdades. E esta falta de consideração da discriminação racial como umas das variáveis na discussão sobre cotas se constitui como complicadora, quando as chamadas cotas raciais étnicas são interpretadas como introdução do racismo no sistema educativo brasileiro, em vez de considerá-la como uma política para corrigir e reduzir as desigualdades acumuladas ao longo dos séculos. (Munanga, 2004, p.7)

Referente à conceituação de ações afirmativas, Ellis Cashmore ressalta que:

“São medidas temporárias e especiais, tomadas ou determinadas pelo Estado, de forma compulsória ou espontânea, com o propósito específico de eliminar as desigualdades que foram acumuladas no decorrer da história da sociedade”. Estas medidas têm como principais “beneficiários” os membros dos grupos que enfrentaram preconceitos (2000, p. 31).

Na percepção de Cruz (1998) ações afirmativas podem ser interpretadas como: “As ações afirmativas estão diretamente relacionadas a todas as maneiras de

se efetivar, de forma concreta, o princípio da igualdade jurídica”. E acrescenta a autora que: “Por meio delas, possibilitará aos grupos minoritários o reconhecimento formal através de uma forma de “tutela positiva” advinda do Estado legislador, com o objetivo específico de corrigir as desigualdades históricas” (CRUZ, 1998, p.147). Considerações contundentes que analisam com firmeza a relevâncias destas cotas.

A teoria compensatória argumentava que as ações afirmativas, seriam indenizações pagas, aos atuais descendentes de inúmeras gerações de vítimas da discriminação, que ocorreram sob todas as formas de violações de seus direitos.

Segundo Munanga (2001), o contexto sócio-político dos Estados Unidos à época, que resultava em um quadro de racismo e segregação explícita, propiciaram as condições histórico-objetivas para implementação das Políticas Afirmativas.

Em países onde o racismo ultrapassa certos limites, como os Estados Unidos da América, o acesso ao mercado de trabalho, ao ensino de qualidade ou à mídia colocava-se como um problema difícil de ser enfrentado por negros. Por isso, surgiram em alguns países políticas governamentais que buscam favorecer a inclusão de afrodescendentes obrigando os empregadores a planificar suas medidas contratação, as universidades a implantarem regimes de Cotas, e as mídias a reservarem em seus programas, certa porcentagem de participação às minorias (MUNANGA, 2001, p. 31).

De acordo com Munanga, no que diz respeito às cotas raciais, afirma que:

O sistema de Cotas estadunidense foi institucionalizado sob o critério objetivo da “gota de sangue”, ou seja, para ser “considerado negro” e, portanto, beneficiário das políticas afirmativas, era necessário apenas uma gota de “sangue negro” na ascendência do indivíduo, mesmo que esse fosse louro de olhos azuis. Dos Estados Unidos as políticas de afirmação ganharam o mundo: Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia são alguns países que adotaram (MUNANGA, 2001.).

Contudo o tema cotas raciais, tem sido recorrente nos recentes debates acerca da problemática da discriminação racial e da consequente desigualdade de oportunidades, a que estão sujeitos os negros dentro da sociedade Brasileira. Mas apesar de prevalecer o tabu no Brasil, sobre as ações afirmativas, principalmente às cotas raciais, podemos notar que o problema fora discutidos amplamente, por pensadores de outras Nações.

As ações Afirmativas são vista como uma forma de reparação de danos causados a gerações e gerações de negros que foram escravizados por séculos e abandonados a sua própria sorte pelo Estado brasileiro após a abolição, uma vez que esse mesmo Estado, ao doar terras aos imigrantes europeus, favoreceu esses grupos, recém-chegados, em detrimento da população negra. Sendo uma ação fundamental para reparar tanto mal sobre estas populações.

Segundo Cruz (2005, p.138) “Constitui regra basilar de qualquer Legislação sobre indenização, em casos de responsabilidade civil por atos ilícitos, de que apenas aquele agente que de fato os praticou pode ser acionado judicialmente”.

De acordo com Cruz, referente às ações afirmativas e ao preconceito afirma que:

Neste sentido é preciso entender que a introjeção do preconceito é tão grande, reproduzindo uma imagem depreciativa das vítimas sobre si mesmas, de forma tão avassaladoras, que muitas vezes estas se mostram temeroso-incapazes de aproveitar as oportunidades que são construídas pelas ações afirmativas. Direitos sociais são vistos como favores concedidos pelo Estado ou por políticos, levando-os a agradecimentos subservientes (2005, p. 142).

Contudo para que a igualdade de fato ocorresse no Brasil, às ações afirmativas são satisfatórias, visto que promovem o acesso de uma minoria discriminada na educação superior. No tocante as cotas raciais e a inserção do negro na universidade pública. A permanência do negro na instituição superior de ensino deve ser constante, fazendo prevalecer a real significação das ações afirmativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa apresentou-se a origem da escravidão no Brasil e suas consequências para as gerações futuras, podendo ser objeto de estudo na história cultural. Buscou-se perceber como foi a construção cultural das ideias racistas no nosso país. Sendo fundamentada pela economia mercantilista das elites europeias. Ao percebermos a condição de vida dos negros ao longo dos anos entendemos como em vários momentos históricos esse grupo foi excluído da educação. Por isso, os movimentos negros destaca o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira como fundamental para que mudanças ocorressem na cultura racial brasileira.

Vimos como, a abolição da escravidão resultou de variados movimentos abolicionistas mas mudou pouco a realidade dos negros. Ainda marginalizados viram o país intensificar uma política de branqueamento da nação. Pois ser negro era algo extremamente negativo. Após anos de luta e resistência, o Movimento negro conseguiu algumas conquistas, principalmente na década 1970. Em 1988, a Constituição Federal garantiu os direitos dos cidadãos, em igualdade de direitos, em uma tentativa de minimizar a discriminação e a injustiça sofrida por mais de 100 anos pelos negros e afrodescendentes, após a lei áurea. Analisando a história da escravidão e das tristes sequelas deixadas por elas na nossa sociedade percebe-se a relevância da política de ações afirmativas mediante as cotas raciais que vão auxiliar no combate a injustiça.

Com o objetivo de entender a importância destas políticas afirmativas a pesquisa nos possibilitou enxergar as cotas raciais como um meio de desvelar elementos da história africana no Brasil. Foi possível perceber o desprezo pela riqueza cultural e a origem dos negros brasileiros, até que intelectuais procurassem ressaltar a diversidade cultural como algo positivo. Assim como o enfatizar propostas de mudança do governo brasileiro na tentativa de reduzir os prejuízos da condição de “excluído educacional” dada ao negro durante o período de escravidão negra no Brasil.

Portanto, neste contexto as cotas raciais têm o papel de minimizar as diferenças sociais, causadas pela escravidão e suas marcas. Sendo uma forma do Estado amenizar as trágicas consequências sociais para o negro. Busca-se oferecer mais oportunidades a este grupo, após anos de lutas. Reflete a necessidade de

superação do racismo maquiando na cultura no Brasil. Sabe-se da amplitude deste tema e que ainda tem muito a ser pesquisado. Espera-se também que este estudo possa contribuir para que outras ideias sejam construídas e realizadas sobre este tema, no sentido de esclarecer a população da sua relevância.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo. Annablume, 2003.

_____. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo, Annablume. 2003.

AZEVEDO, Reinaldo, **Cotas Raciais**, 2013. Disponível em: <http://www.veja.abril.com.br/blog> > Acesso em 20/10/2013.

BARROS, José D Assunção. **A construção social da cor**: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis: vozes, 2009.

BARROS. SuzanaT. Suzana. **O Princípio da Proporcionalidade e o Controle De Constitucionalidade das Leis restritivas de Direitos Fundamentais**. Brasília: Brasília Jurídica. 1996.

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. **Racismo de Desigualdade Racial no Brasil**. In Cotas Raciais no Ensino Superior: entre o Jurídico e o Político. Curitiba: Juruá, 2009.

BRAW, Pam SCHLOREDT, Valerie. Martin Luther King. 1º ed, NovaYork.1989.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPRIR, 2004.

CARVALHO, A. A. de Moraes Cândido de. **As imagens dos negros em livros didáticos de História**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Santa Catarina: Santa Catarina, 2006.

CASHMORE, E. et al. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Tradução de Dinah Kleve. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CONTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

COSTA, Hilton. SILVA, Paulo Vinicius Baptista da Silva. **Notas de História e Cultura Afro-brasileiras**. 2ª ed. Ponta Grossa. UEPG. 2011.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza, **O Direito à Diferenças, Ações Afirmativas**. In: CASHMORE, Ellis. Dicionário de Relações étnicas e raciais. São Paulo: Selo Negro Edições. 2000.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **A história da disciplina de estudos sociais a partir das representações sociais do negro no livro didático (período 1981-2000)**. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2000.

DUARTE, Evandro C Piza. GUELF, Wanirley Pedroso. Cotas Raciais, **Política Identitária Reivindicação de Direitos**. In: BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima.

DUARTE, Evandro C. Piza. SILVA, Paulo Vinícius Bapista. **Cotas Raciais No Ensino Superior**. Curitiba: Juruá, 2009.

DURKHEIM, Émile . **As regras do método sociológico**. 15. ed. São Paulo: nacional, 1995

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo do branco**, São Paulo, Difusão, 1972.

_____. **A integração do negro à sociedade de classes**, São Paulo: Boletim USP, 1964.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010.

_____. **Estatísticas Populacional do Brasil** (2013). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/pcerp_clas_sificacoes_e_identicidades.pdf 24. acesso em : 24/06/ 2015

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. **Ações Afirmativas à Brasileira: necessidade ou mito**. Uberaba: **2007**.

KOSHIBA, Luiz. **História do Brasil**. 7 ed São Paulo: 1996.

LINHARES, Maria Yeda (org) **História Geral do Brasil**. 9 Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MALISKA, Marcos Augusto. **Análise da Constitucionalidade das Cotas para Negros em Universidades Públicas**. In: BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. DUARTE, Evandro C. Piza. SILVA, Paulo Vinícius Bapista. **Cotas Raciais No Ensino Superior**. Curitiba: Juruá, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil**: um ponto de vista em defesa das cotas. In: Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez.2001, p. 31-43. Disponível em: [http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/703/70311216002.pdf] Acesso em: 17 /06/ 2015

_____, **Superando o racismo na escola**. 2ª ed Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PACHECO. Q. Jairo. SILVA. N. Maria. (orgs). **O Negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Ações Afirmativas de perspectiva dos direitos humanos**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, V.35 n.124, p.43-55 jan/abril. 2005.

SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciências e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ CCBB, 1996, p.41-58.

SEYFERTH, Geraldo. **Construindo A Nação**: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor: SANTOS,

Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, Ciências e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p.41-58.

SCHLOREDT Braw,Pam. SCHLOREDT, Valerie. **Martin Luther King**. 1º ed, NovaYork.1989.

SILVA, Júnior Hédio. Discriminação Racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais. Disponível em: < multiweb.ufsm.br/afirme/docs/leitura-extra/qr03.pdf> Acesso em: 19/06/2015.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. 12ªed, São Paulo: 1998.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **Ação Afirmativa**: conteúdo democrático de igualdade jurídica. Brasília: Senado Federal. 1996.

TELLES, Edward E. **O Significado de Raça na Sociedade Brasileira**. Disponível em; [http:// www.princeton.edu/Sociology](http://www.princeton.edu/Sociologyfaculty/telles/livro)faculty/telles/livro> Acesso em: 08/06/ 2015.

VALENTE. Ana Lúcia. Ser Negro no Brasil. 11 ed. São Paulo: Moderna, 2006.